

UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS SOBRE OS EPISÓDIOS DE “QUEBRA-QUEBRA” OCORRIDOS NO BRASIL EM 1942

BRUNA LIMA*

MARIA MEDIANEIRA PADOIN**

Introdução

Este trabalho compreende parte das pesquisas que estão sendo desenvolvidas no Curso de Doutorado em História; na Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria/RS/Brasil que possui financiamento CAPES. O mesmo tem como um de seus focos principais o estudo e problematização de uma política de Estado de cunho nacionalista, principalmente sob aspectos econômicos, durante o Estado Novo no Brasil (1937-1945). Utilizando como base de pesquisa um referencial teórico e bibliográfico que transita entre História, Economia e Relações Internacionais, percebe-se que a ideia de nacionalismo que se pretendeu elucidar, no referido período era um tanto frágil. Isso, tendo em vista não somente as relações estabelecidas com outros países, como Alemanha e Estados Unidos, por exemplo, bem como os interesses econômicos e políticos instituídos pelo governo brasileiro no contexto do Estado Novo e diante do advento da II Guerra Mundial.

Utilizou-se para esta pesquisa uma análise bibliográfica de trabalhos que distam sobre esta temática, especialmente aquelas que trabalham com os episódios de “quebra-quebra” ocorridos, no ano de 1942, de forma a problematizá-los em relação a forma como estes episódios vem sendo abordados na historiografia e a relação que os mesmos apresentam com uma política de Estado estratégica no referido período.

* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria; Bolsista DS/CAPES.

** Orientadora, Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria; Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Produções bibliográficas sobre episódios de “Quebra-Quebra” em 1942: características principais

A quantidade de referências bibliográficas que abordam a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, sob os mais variados aspectos aparecem em grande número, porém, produções bibliográficas que trabalham de forma mais específica os episódios de “quebra-quebra” são mais esparsos. Pode-se dizer que existe um relativo número de publicações sobre tais episódios, que vão desde memórias, até trabalhos que buscam situá-los historicamente.

Nos trabalhos que foram verificados até o presente momento foi possível observar um certo “consenso” em relação a causa dos episódios de “quebra-quebra”, de forma que eles aparecem comumente como uma reação da população brasileira em relação aos torpedeamentos de navios brasileiros pelos alemães. Porém, o que pouco se observa nos trabalhos que abordam este tema é um caráter mais problematizador em relação aos interesses que poderiam estar por trás dos diversos episódios ocorridos em 1942.

Neste caso, foram tomados para a análise alguns trabalhos que tratam desta temática, publicados recentemente, entre eles o de Márcio José Pereira, que publicou o artigo “Manifestações Populares contra Imigrantes ‘eixistas’ durante a 2ª Guerra Mundial no Paraná”, publicado nos Anais do IV Congresso Internacional de História, ocorrido em Maringá, em 2009. Neste trabalho o autor aborda entre outras questões, os episódios de “quebra-quebra” ocorridos em Curitiba – PR, em 1942, ressaltando que os mesmos seriam ações populares que muito provavelmente não teriam um vínculo direto com o Estado, mas que os mesmos estariam articulados a um propósito mais amplo, que para ele seria a “manutenção da nacionalidade” (PEREIRA, 2009: 374). Apesar de em um momento do texto o autor destacar a existência de um “discurso da grande imprensa contra os imigrantes” (PEREIRA, 2009: 371), o mesmo não chega a explorar esta possibilidade.

Outro trabalho que faz referência a esta temática é o de Carlos Renato Araújo Freire, “De algumas lembranças a uma construção da memória do quebra-quebra de 1942”, publicado nos anais do X Encontro Regional Sudeste de História Oral – Educação das

Sensibilidades: violência, desafios contemporâneos, em 2013. Neste trabalho o autor abordou uma série de episódios de “quebra-quebra” ocorridos na capital cearense, em 1942, destacando também a ação de diversos grupos sociais que protagonizaram os atentados, aclamando a defesa da Pátria. Cabe salientar que neste trabalho há um destaque especial para as fontes orais e para matérias publicadas em jornais, nas quais os editores salientam a necessidade de se aguardar uma posição “oficial” do governo, que de certa forma, orientasse a população em relação a qual atitude se deveria tomar. Além disso, assim como no trabalho anterior, Freire (2013) também destacou os acontecimentos de 1942 como manifestações populares, evidenciando, inclusive a participação dos estudantes na região estudada.

Da mesma forma, na Bahia episódios desse tipo foram registrados, a partir do torpedeamento dos navios brasileiros pelos alemães e do momento em que o Brasil passou a apoiar os Aliados. Consuelo Novais Sampaio (1995) destacou a ação de comunistas na depredação de estabelecimentos de descendentes alemães. Somou-se, segundo ela, a este movimento de apoio aos Aliados: estudantes, professores, operários e demais categorias da sociedade.

Tamires Xavier Soares ao pesquisar processos trabalhistas e fontes orais para analisar as violências étnicas praticadas no ambiente fabril em Pelotas, durante a Segunda Guerra Mundial, também fez algumas considerações, tendo em vista que com o fim da política de neutralidade brasileira, em 1942, os imigrantes que tinham origens nos países que compunham o Eixo passaram a ser vistos como uma ameaça para a sociedade (2014). Também destacou os naufrágios dos navios brasileiros e os ataques aos imigrantes alemães. A autora ressaltou ainda, que ocorreu em Pelotas um grande número de demissões de trabalhadores imigrantes, o que também poderia, segundo ela, ser caracterizado como um tipo de violência¹.

A ideia de reação popular a imigrantes e descendentes de países que compunham o Grupo do Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial, ocorria principalmente devido aos acontecimentos com navios brasileiros também esteve presente nas análises feitas por Cátia Dalmolin (2005) (2206). Esta autora examinou, entre outras questões os episódios de “quebra-

¹ Destaque para os trabalhos de Fachel (2002) e Rocha (2002) que estudam a temática que envolve imigrantes alemães em Pelotas, durante a Segunda Guerra Mundial.

quebra” ocorridos em Santa Maria - RS e nos municípios que compreendem a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

Da mesma forma, também sobre os episódios ocorridos em Santa Maria Augusto Russini e Lenir Cassel Agostini, em artigo publicado na Revista *Disciplinarum Scientia*, em 2004, mencionaram os episódios de “quebra-quebra”, atribuindo a autoria deles a chamada Ala Democrática da Mocidade de Santa Maria. Neste trabalho os autores não se dedicam exclusivamente ao estudo desses episódios, não chegando a discorrer efetivamente sobre o que teria de fato levado a eles².

Como pode ser observado, não existem muitas discordâncias no que se refere as causas que levaram aos episódios ocorridos em 1942, até porque esta questão nem sempre se apresenta como o objetivo principal de cada autor, às vezes, a preocupação deles gira em torno de outros elementos, que de certa forma acabam tangenciando tal temática, sendo que esta, por não ser a raiz da questão, acaba não sendo, muitas vezes trabalhada com tanta precisão. Só que, no entanto, observando a própria bibliografia que dista sobre esta temática é possível observar que ainda existem muitas questões que precisam ser estudadas e reanalisadas, tal como foi destacado por Ricardo Seitenfus (2003, p. 15) ao mencionar que ainda existem muitas “zonas nebulosas quanto às circunstâncias que conduziram a entrada do Brasil” na Segunda Guerra Mundial.

Os episódios de “quebra-quebra” sob uma perspectiva estratégica de desenvolvimento: uma possibilidade de análise em construção

Nesta segunda parte do texto propõem-se apontar alguns elementos que permearam o contexto que envolveu os episódios de “quebra-quebra”, tendo em vista que eles podem estar relacionados não apenas aos episódios relatados anteriormente. Cabe ressaltar, que bem como está colocado no subtítulo, esta é uma possibilidade que está recém sendo construída, com base principalmente em referências que abordam a temática que está sendo abordada.

² Destaque também para o trabalho de Nunes (1998), que estudou os alemães em Santa Maria durante o Estado Novo.

Historicamente Brasil e Alemanha estabeleceram os mais variados tipos de relações, desde o período colonial, expressas principalmente por tratados, acordos comerciais, concessões de créditos, desenvolvimento de indústrias no Brasil, etc. De acordo com Bandeira (2011), em 1935, por exemplo, em função de marcos de compensação, a Alemanha superou os Estados Unidos e atingiu o primeiro lugar como fornecedor do Brasil. Isso, segundo o autor ocorreu devido diversos fatores, sendo que

um deles foi o fato de contar com importantes conexões no Brasil, onde 100 mil alemães de primeira geração [Reichsdeutsche] e 800 mil alemães-brasileiros [Volksdeutsche], a representarem cerca de 3% da população (pouco mais de 30 milhões de habitantes na primeira metade dos anos 1930), formavam próspero mercado de consumo, e muitos deles possuíam tradicionais e sólidas empresas que participavam ativamente da economia e do comércio exterior brasileiros. (BANDEIRA, 2011:64).

Porém, em 1938 as relações entre Brasil e Alemanha começaram a ser abaladas. Isso em função, principalmente, de desentendimentos iniciados entre o embaixador alemão Karl Ritter e o chanceler brasileiro Oswaldo Aranha, especialmente em função de restrições impostas a imigrantes alemães que viviam no Brasil. A partir de então, as relações entre os dois países se tornaram mais tensas. Além disso, o agravamento dos conflitos internacionais e as pressões dos Estados Unidos “impediram que o Governo de Getúlio Vargas, profundamente dividido, tomasse uma decisão” (BANDEIRA, 2011: 68) em relação a sua posição de apoio na Segunda Guerra Mundial.

Esta postura de neutralidade gerava uma posição supostamente favorável ao Brasil, ao passo que o governo poderia extrair dela benefícios de ambos os lados: Cervo (2011: 243-244):

O governo Vargas permanecia aberto ao jogo das pressões externas, porquanto abrigava lideranças militares favoráveis à manutenção de relações normais com o Eixo, como Góis Monteiro e Gaspar Dutra, preocupados em evitar uma decisão que colocasse em risco a precária segurança do país, e lideranças políticas, como a de Oswaldo Aranha, partidário da vinculação exclusiva com os Estados Unidos. Vargas julgava a neutralidade conveniente aos interesses que perseguia no exterior, o comércio, o aparelhamento das forças armadas e a colaboração para a implantação da indústria pesada.

Em 1939, ocorreu novamente uma tentativa de reaproximação entre Brasil e Alemanha, tentativa defendida por Getúlio Vargas, pois o mesmo acreditava que o governo

dos Estados Unidos teria uma posição oposta em relação a industrialização do Brasil, enquanto que a Alemanha já havia sinalizado incentivo a ações do governo que tivessem este fim. Dessa forma, Getúlio Vargas “tratou de negociar com a Krupp, da Alemanha, a implantação da siderúrgica no Brasil”. (BANDEIRA, 2011: 72).

Os Estados Unidos, temendo a aproximação entre os dois países, passou a conceder crédito para a construção da siderúrgica de Volta Redonda, mas em contrapartida, o Brasil teria que permitir a instalação de bases militares norte-americanas ao longo do litoral. No entanto, o Brasil não queria deixar de continuar comercializando e estabelecendo acordos com a Alemanha, pois poderia permanecer extraindo benefícios de ambos os lados (CERVO, 2011).

Porém, o tipo de posição (neutra) adotada pelo Brasil, precisou ser alterada em 1942 pelo apoio aos Estados Unidos. A partir deste momento, mesmo tentando não se envolver diretamente no conflito, o governo brasileiro “não teve alternativa senão também passar as ações de guerra econômica, contrária aos interesses de muitos setores nacionais, aplicando a Black List, imposta, como em 1917-1918, pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos, com o objetivo de eliminar os investimentos da Alemanha no Brasil”. (BANDEIRA, 2011: 74).

Assim, neste período as relações entre Brasil e Alemanha foram ainda mais estremecidas, desde o momento em que o Brasil optou por apoiar os Aliados. Este abalo, porém, pode ter sido utilizado de forma estratégica pelo governo brasileiro, ao passo que episódios como o afundamento de navios civis brasileiros em águas próximas ao litoral da Bahia e Sergipe, podem ter colaborado com a efetivação de uma política desenvolvimentista proposta por Getúlio Vargas. Isso ocorre, pois, esta política pode ter contribuído com a entrada de algumas empresas multinacionais no Brasil, principalmente a partir dos episódios de “quebra-quebra”, nas indústrias brasileiras que tinham proprietários com a nacionalidade ou descendentes dos países que compunham o Eixo.

A questão que envolve o desenvolvimento econômico, foi uma das pautas mais evidentes e marcantes deste período e norteou as principais ações do governo, ao mesmo tempo em que servia para dar legitimidade ao mesmo. Esta questão pode ser melhor exemplificada a partir do seguinte fragmento:

Construir uma nação desenvolvida tornou-se o ponto principal da retórica governista, capaz de aglutinar em torno de si a expressiva maioria da nação. Iniciava-se a crença de que, com o desenvolvimento econômico, os grandes problemas do país desapareceriam: a miséria, as desigualdades regionais, a incipiência do mercado interno, a exclusão e demais questões da nacionalidade encontrariam finalmente sua solução. A construção da nova nação exigia trabalho e esforço de todos: dos empresários – aos quais Vargas apelava à imaginação e à iniciativa, à realização dos novos investimentos e à modernização dos processos produtivos - e os trabalhadores, dos quais se esperava trabalho e disciplina. Os primeiros teriam, em contrapartida imediata, o aumento dos lucros e do patrimônio individual; os segundos, a legislação trabalhista, de momento, e a promessa futura de uma sociedade mais justa e igualitária. Desenvolvimento econômico deixava de ser, portanto, apenas um ponto pragmático para tornar-se uma ideologia, presente praticamente em todos os discursos presidenciais depois do Estado Novo, inclusive dos governos militares após 1964. O desenvolvimento apresentou-se não só como ideia norteadora da ação governamental, mas principalmente como sua fonte de legitimidade (FONSECA, 1999: 257).

O Brasil durante este período vivenciava um momento histórico de centralização política e econômica, que foram fundamentais para dar corpo as ideias de Getúlio Vargas em formar um “Estado Novo”. O período de 1937 a 1945 ficou assim denominado e foi durante este período que se pensou em deixar efetivamente para traz uma tradição colonialista, de um Brasil apenas exportador de matérias-primas, para um Brasil mais independente.

Esta ideia já havia sido pensada na década de 1930, principalmente a partir da Crise de 1929, que fez com que o Brasil pensasse em alternativas para se recuperar diante da falta de mercados para o café, mas no entanto começou a ser concretizada de forma mais efetiva, apenas durante o Estado Novo³, “no caso da economia, a tendência centralizadora iniciada no limiar da década de 1930 aprofundou-se – e, juntamente com ela, a ideologia oficial incorporou verdadeira apologia ao Estado” (FONSECA, 1999: 253), com a finalidade de “alcançar o desenvolvimento econômico” (FONSECA, 1999: 256).

Ricardo Seitenfus (2003) destacou que com os efeitos da crise de 1929, apesar de o governo não desenvolver na prática uma política econômica muito diferente da que desenvolvia antes de 1930, a Aliança Liberal havia sinalizado que seria necessário a

³ Pedro Cezar Dutra Fonseca (1999: 182) salienta que “a partir de 1930 começou no Brasil novo tipo de desenvolvimento capitalista. Em linhas gerais, este consistiu em superar o capitalismo agrário e comercial assentado nas atividades exportadoras de produtos primários, rumando para outro cuja dinâmica iria gradualmente depender da indústria e do mercado interno”. Esta perspectiva também foi defendida pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1997), a partir da ideia de que após 1930 passou a ocorrer uma “reordenação do sistema produtivo” (PESAVENTO, 1997: 104), através do processo de transição de um modelo econômico agrário-exportador para um urbano-industrial, mesmo que ainda dependente.

instalação de uma indústria de base de Base no Brasil. O autor destaca que não chega a se ter neste período uma política industrial especificamente, mas que, no entanto, a ideia de desenvolvimento industrial já começa a aparecer, relacionado principalmente a segurança nacional (SEITENFUS, 2003).

Além de segurança nacional a intervenção do Estado na economia se acentuou ainda mais, em função da crise gerada com o início Segunda Guerra Mundial, neste caso, “aumentou consideravelmente o peso do Estado na economia: continuou a intervenção na política cafeeira – embora transferida do controle paulista para o controle do governo federal – e multiplicaram-se as iniciativas estatais no domínio da economia, inicialmente no terreno normativo” (ABREU, 2013: 179).

Na tentativa de melhor definir um conceito de desenvolvimento, buscou-se em Luiz Carlos Bresser Pereira (2006: 2) uma referência. Ele fez um apanhado referente a história deste conceito, destacando que

o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizam sua revolução capitalista; é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade.

Porém, isso não significa, necessariamente, que as taxas de desenvolvimento são iguais para todos, pois isso depende da capacidade das nações de utilizarem seus Estados para formular estratégias nacionais de desenvolvimento, a fim de lhes permitir serem bem-sucedidas na chamada competição global. (BRESSER PEREIRA, 2006). Com a globalização e a abertura de todos os mercados que essa concorrência se tornou clara, “mas desde a revolução capitalista o desenvolvimento econômico se tornou um objetivo político central das nações” (BRESSER PEREIRA, 2006: 3).

Dentro desta perspectiva, durante o período correspondente ao Estado Novo, a tentativa de integração do centro do País com as áreas periféricas, proposta por Vargas e que carregava consigo, as ideias de nacionalismo também precisam ser destacadas. Ou seja, a partir das ideias de criação de uma identidade nacional, estas regiões passariam a “conversar” entre si. A esta ideia de criar uma identidade nacional estava vinculada também a tentativa de difusão de um projeto de modernização econômica, que poderia de fato inserir o País no que

poderia ser definido como uma nova ordem mundial, na qual os países industrializados estariam mais bem colocados, até este momento. Também através deste ideário de modernização e de progresso econômico, o Governo almejava uma forma de centralizar o poder, de forma a neutralizar o domínio que as “oligarquias” regionais mantinham. Neste caso, a centralização política se acentuou ainda mais, juntamente com a ideia de industrialização englobada em uma perspectiva modernizante, consolidando a intervenção do Estado na economia (PESAVENTO, 1997).

Cabe destacar que a ideia desenvolvimentista continuou permeando a política brasileira de formas distintas ao longo da história, mas durante o período de Ditadura Civil-militar, iniciada com o Golpe de 1964, esta ideia voltou a ser ainda mais acentuada, tomando uma forma parecida, com a analisada até o momento. Ou seja, uma forma caracterizada essencialmente pelo intervencionismo do Estado na economia.

Considerações Finais

Com base no que foi pesquisado e exposto de forma breve neste trabalho, percebe-se que as percepções a respeito dos episódios de “quebra-quebra” ocorridos no Brasil, em 1942 ainda foram pouco exploradas e que existe uma certa homogeneidade presente na historiografia brasileira no que se refere as causas destes episódios. O que este trabalho pretendeu foi justamente problematizar as ações que culminaram com os episódios de “quebra-quebra”, tendo em vista que as relações diplomáticas estabelecidas entre Brasil, Estados Unidos e Alemanha ainda carecem de estudos mais aprofundados, conforme já foi assinalado por alguns autores ao longo do texto.

Dentro desta perspectiva, a partir dos dados iniciais de pesquisas relacionadas a questões que envolvem nacionalismo e a entrada de algumas empresas multinacionais no Brasil, percebe-se que mesmo havendo certa aproximação do governo brasileiro, durante o período que compreende o Estado Novo (1937-1945), com ideias nacionalistas, principalmente no que toca a economia, na prática esta política não teria se desenvolvido tal como deveria.

Isso ocorre, pois percebe-se através de indícios, que precisam ser melhores investigados, mas que de certa forma indicam que o governo pode ter se utilizado de

estratégias para se colocar dentro de um mercado econômico global, sob a pauta do desenvolvimento nacional, com base na industrialização, mas que, no entanto, estas estratégias não seriam condizentes com o tipo de política econômica que era propagada. Ou seja, mesmo que Getúlio Vargas, durante o Estado Novo defendesse o desenvolvimento nacional, principalmente via substituição das importações, este não poderia ocorrer na contramão da ampliação do sistema capitalista internacional.

Referências

ABREU, Marcelo de Paiva. O Processo Econômico. In: GOMES, Angela Maria de Castro (coord.). *Olhando para Dentro: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O 'Milagre Alemão' e o desenvolvimento do Brasil (1949-2011)*. São Paulo: UNESP, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. In: *Textos para discussão*. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP, 2006 Disponível em: <
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1960/TD170.pdf?sequence=1>>
Acesso em 11 de janeiro de 2015.

CERVO, Amado Luiz. Os ventos da guerra. In: CERVO, Amado Luiz. *As Relações entre o Brasil e a Itália*. Formação da italianidade brasileira. Brasília: Editora da UnB, 2011, p.223-250.

DALMOLIN, Cátia. *Em nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, 18 de agosto de 1942*. 2006. 184f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. 2006.

DALMOLIN, Cátia (org.). *Mordaça Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Santa Maria: Palotti, 2005.

FACHEL, José P. *As violências contra os alemães e seus descendentes, durante Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*. 2002. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica – RS, Porto Alegre, 2002.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FREIRE, Carlos Renato Araújo. De algumas lembranças a uma construção da memória do quebra-quebra de 1942. In: *Anais X Encontro Regional Sudeste de História Oral – Educação das Sensibilidades: violência, desafios contemporâneos*. 2013. Disponível em: < http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1374314196_ARQUIVO_Dealgumaslembrancasaumaconstrucaodamemoriadoquebra.pdf> Acesso em 04 de junho de 2015.

NUNES, Nádía Silvana. *Os alemães em Santa Maria no período do Estado Novo*. Trabalho Final de Graduação do Curso de História. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 1998.

PEREIRA, Márcio José. Manifestações populares contra imigrantes "eixistas" durante a 2ª Guerra Mundial no Paraná. In: *Anais do IV Congresso Internacional de História*. Disponível em: < <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/218.pdf>> Acesso em 04 de junho de 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

ROCHA, Sabrina Santos da. *Inversão do papel dos alemães e descendentes na sociedade pelotense em agosto de 1924*. 2002. Trabalho de conclusão de curso (História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2002.

RUSSINI, Augusto; AGOSTINI, Lenir Cassel. Santa Maria e a política estadonovista (1937-1945). *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências Humanas, v. 5, n. 1, p. 27-44, 2004.

SAMPAIO, Consuelo Novais. A Bahia na Segunda Guerra Mundial. *O Olho da História*, v. 1, 1995. Disponível em: < <http://www.oohodahistoria.ufba.br/01bahia.html>> Acesso em 06 de junho de 2015.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Manole, 2003.

SOARES, Tamires Xavier. A Justiça do Trabalho e a Memória: O relato de Experiência sobre a utilização de Processos Trabalhistas e História Oral como fontes de pesquisa. In: *Anais do II Seminário Internacional Imagens da Justiça, Currículo e Educação Jurídica*, Pelotas, 2014. Disponível em:< http://imagensdajustica.ufpel.edu.br/?page_id=560> Acesso em 06 de junho de 2015.